

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A SALA DE ENSINO REGULAR

AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR THE REGULAR EDUCATION ROOM

Larissa Teixeira Lima¹

Juliana Rocha Lopes²

Ana Paula Bochi³

Élida Maria Bochi Silva⁴

Jacqueline Pereira Gusmão⁵

Edcler da Silva Dias⁶

Viviane Cristina de Oliveira Amorim Pedro⁷

Renata de Souza Oliveira⁸

Leni Soprani Santos⁹

Carla Manuela Bárbara Belizário¹⁰

Resumo: O presente artigo faz parte da conclusão do curso de pós-graduação em Educação Especial pela Universidade FAVENI. Tem como foco a discussão de algumas propostas educacionais voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que se encontram inseridos nas salas de aulas

-
- 1 Formação em pedagogia pela Unesp
 - 2 Formação em pedagogia pela Unifram
 - 3 Formação em pedagogia pela FAPEPE
 - 4 Formação em letras pela FAPEPE
 - 5 Formação em pedagogia pela FAPEPE
 - 6 Formação em pedagogia pela Unoeste
 - 7 Formação em pedagogia pela Unesp
 - 8 Formação em pedagogia pela FAPEPE
 - 9 Formação em pedagogia pela FAPEPE
 - 10 Formação em pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Alvorada

de ensino regular. É o professor da sala de aula que mediará todo do processo inclusivo, é ele quem promove o contato inicial da criança com as demais crianças da turma e é responsável por incluí-lo nas atividades do dia-a-dia. Nesta perspectiva, essa temática reafirma a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O artigo estará dividido em três grandes momentos. No primeiro será feita uma contextualização global da educação especial. Depois será apresentado o Transtorno do Espectro autista- TEA suas principais características e necessidades. Por fim, serão apresentadas algumas propostas pedagógicas que poderão ser utilizadas em sala de aula. Conclui-se que muita coisa mudou desde o início da história quando se falamos de pessoas com TEA. De esquizofrênicos há de inúmeras características distintas mesmo diante de um mesmo transtorno. Da dificuldade de comunicação a altas habilidades. O autismo é uma das síndromes como maiores variantes de comportamento, sem padrões modelados.

Palavras chaves: Diversidade; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão.

Abstract: This article is part of the conclusion of the Postgraduate Course in Special Education from Favimo University. It focuses on discussing some educational proposals aimed at students with Autistic Spectrum Disorder (ASD), which are inserted in the regular school classrooms. It is the classroom teacher who will mediate the whole of the inclusive process, he is the one who promotes the child's initial contact with other children in the class and is responsible for including him in everyday activities. In this perspective, this theme reaffirms the need that everyone understands and accepts human diversity, and can contribute to the construction of a fairer and more egalitarian society. The article will be divided into three great moments. In the first one will be made a global contextualization of special education. Then the autistic spectrum disorder will be presented- Tea its main characteristics and needs. Finally, some pedagogical proposals that can be used in the classroom will be presented. It is concluded that a lot has changed since the beginning of history when we talk about people with ASD. Of schizophrenics

there are numerous distinct characteristics even in the same disorder. Of communication difficulty to high skills. Autism is one of the syndromes as the largest variants of behavior, without modeled patterns.

Keywords: Diversity; Autistic spectrum disorder; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte da conclusão do curso de pós-graduação em Educação Especial pela Faculdade de Cerquillo. Tem como foco a discussão de algumas propostas educacionais voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que se encontram inseridos nas salas de aulas de ensino regular.

Assim, o artigo terá como base o conhecimento obtido no final do curso em questão, ou seja, composto por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema, e terá como objetivo apresentar algumas propostas pedagógicas que auxiliam o professor do ensino regular, pois quando se fala em inclusão de crianças com necessidades especiais neste caso com TEA, muitas vezes o professor da sala de aula não está devidamente preparado para receber essas crianças.

É o professor da sala de aula que mediará todo do processo inclusivo, é ele quem promove o contato inicial da criança com as demais crianças da turma e é responsável por inclui-lo nas atividades do dia-a-dia.

Nesta perspectiva, essa temática reafirma a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na primeira parte deste artigo será descrito uma breve trajetória histórica da educação especial, apontado os principais marcos históricos e políticos que aconteceram ao longo dos últimos tempos, com um foco nos marcos históricos no Brasil.

No segundo momento, discutiremos um pouco sobre o que é o TEA, quando surgiu, suas causas, principais diagnósticos, o perfil de uma criança diagnosticada.

Por fim, serão apresentadas algumas propostas pedagógicas que poderão ser utilizadas em sala de aula para um maior desenvolvimento integral deste aluno que está inserido, obtendo assim uma inclusão com qualidade.

DESENVOLVIMENTO

Contextualização histórica da educação especial

Ao fazermos uma breve trajetória histórica global dos fatos que se escreveram ao longo dos anos com relação aos deficientes, percebemos que na maioria dos países, assim como no Brasil, tem como primeiro momento uma mesma situação, marcada pela segregação e exclusão na sociedade. As pessoas com algum tipo de deficiência simplesmente eram ignoradas, abandonadas, e muitas vezes até mesmo mortas.

Misés (1977, p.14) faz um relato sobre o modo como tratavam as pessoas deficientes na Roma antiga:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Na idade média, nos países europeus, os deficientes eram relacionados aos demônios e aos atos de feitiçaria. Dessa forma, eram perseguidos e muitas vezes mortos, devendo assim ser excluídos e afastados da sociedade.

Também acreditavam que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência era uma forma de punição divina, ou eram consideradas como pessoas que nasciam com algum tipo de poder sobrenatural. Para FERREIRA, 1994; p.67 “Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito a expressão do poder sobrenatural, ou seja, o acesso as verdades inatingíveis para a maioria”.

Para Ferreira (1994) a história do atendimento a pessoa com necessidades educacionais especiais no mundo ocidental, começa quando a igreja deixa de ser foco para o atendimento a essas pessoas, e a medicina passa a assumir esse papel.

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada. (CORCINI, 2016; p.7)

Jean Marc Itard, (1774-1838) foi o primeiro pesquisador reconhecido a utilizar um método sistematizado para ensinar deficientes. Ele é considerado o pai da educação especial. Foi ele que desenvolveu tentativas de educar um menino de 12 anos chamado Vitor, o menino lobo. Vitor foi considerado deficiente mental profundo e foi criado por lobos na floresta. O caso ficou conhecido no mundo como sendo o caso do Selvagem de Aveyron.

No início da história o Brasil, mais precisamente no Brasil Colônia, os deficientes não tinham qualquer tipo de atenção do poder público, eram marginalizados e excluídos da sociedade. Foi no final do século XIX, marcado pela filantropia que a educação especial passa a ter outra visão com a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas.

Entende-se como marco histórico da educação especial no Brasil o período final do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, (MAZZOTTA, 2005. p.52).

Para Jannuzzi (1992), duas vertentes foram essenciais para a trajetória da educação especial no Brasil.

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...].
Vertente psicopedagógica: que não independe do médico, mas enfatiza os

princípios psicológicos [...] (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Em 1954, é criada a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Rio de Janeiro, sob influência do casal de norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis, membros da National Assossition for Children e a atual National association for Retardede CitizensNARCH

Em 1961, começaram a ampliar no país instituições especializadas para o atendimento de pessoas com deficiências. Para Mazzota (1980), a década de 1980 ficou marcada pelo início da superação da visão assistencialista.

No ano de 1994 a Declaração de Salamanca vem para mudar o cenário da educação mundial. Esse documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender todas as pessoas de modo igualitário. Para esse documento as escolas devem adotar uma educação inclusiva, ou seja, uma educação que todos aprendam juntas, independentemente de qualquer dificuldade ou diferenças que possam ter.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALANCA, 1994. p. 5).

Diante dessa evolução histórica, acredita-se que a inclusão vem ao encontro de uma sociedade mais justa e mais humana.

Transtorno do Espectro Autista- TEA

Foi em 1943, que Léo Kanner definiu pela primeira vez o autismo infantil. Para ele o autismo, é caracterizado por seus padrões de comportamento específicos como: perturbação emocional e ou social, incapacidade de usar a linguagem, comportamentos padronizados e repetitivos, extrema solidão. Nessa perspectiva o autismo era comparado à esquizofrenia.

Nos dias atuais o autismo faz parte de um grupo denominado Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Recentemente foi classificado pelo DSM-V como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Sua principal característica está na dificuldade de interação social.

Devido à grande variedade de sintomas e suas vastas manifestações, a palavra espectro foi inserida a sua terminologia. A palavra “espectro” engloba uma grande variedade de sintomas, no entanto, todos vinculados ao TEA.

Para classificar o autismo são utilizados vários sistemas. Segundo Tamanaha, Perissinoto e Brasília,

no CID-10 os Transtornos Globais do desenvolvimento são classificados como um grupo de alterações qualitativas, na interação social e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito e estereotipado. No DSM-IV³, tanto do Autismo Infantil, quanto a Síndrome de Asperger, estão classificados como subcategorias dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. (TAMANAHA, PERISSINOTO E BRASILIA, 2008, p. 298).

Um das mudanças que ocorreram está na diferenciação do autismo leve e “Asperger”. Ambos são considerados TEA, e se enquadram dentro de um grupo que podemos denominar de autismo leve. No entanto temos algumas diferenciações. Assim, pela DMS-V a síndrome de Asperger não existe mais nos manuais de diagnósticos pois ela se encontra dentro do Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com Bosa (2002);

Tanto Kanner quanto Asperger empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas caracteriza-se, sobretudo, pela dificuldade em manter contato afetivo com outros de modo espontâneo e recíproco. (BOSA, 2002, p. 26)

No que consideramos autismo leve a criança não tem interação social, tendem a ignorar quando são chamadas, principalmente quando não despertam o interesse por algo. Já no Asperger, o atraso na comunicação social é muito leve, elas interagem, se comunicam, mesmo que de maneira “estranha”, possuindo um vocabulário muito rebuscado para sua idade.

Outro ponto que diferencia o Asperger, está relacionado a sua capacidade intelectual, geralmente seu Q.I. médio é entorno de 100 pontos ou mesmo possuem altas habilidades. Estudantes com Asperger não possuem atrasos ou dificuldades de aprendizagem.

Diferente dos outros espectros, a criança com Asperger demora a apresentar sintomas do espectro autista, pois não possuem atraso na fala, interagem socialmente, sendo percebidos alguns sinais a partir dos 6 anos de idade.

No espectro mais leve do autismo, já é possível observar alguns sinais que chamam a atenção, pois costumam apresentar atraso escolar, podem apresentar inteligência abaixo da média, apresentam rigidez comportamental e estereotipada.

Ainda falando do espectro mais leve do autismo, a criança apresenta um atraso leve na fala, apresentando dificuldades para interpretar algumas palavras ou comandos, dificuldades para fazer relatos de eventos passados, mas ainda assim conseguem se expressar sem grandes prejuízos, se desenvolvendo com independência.

Já quando tratamos do espectro autista moderado e severo, temos maiores danos na comunicação e interação social ou mesmo suas perdas.

Nesses dois espectros, o indivíduo possui comportamentos agressivos, podem ter maior dificuldade na linguagem, comunicação e socialização. Precisam de um suporte profissional

especializado com conteúdo diferenciado, pois não possuem autonomia suficiente para se desenvolverem nas ações do dia-a-dia. Também passam a maior parte do tempo realizando movimentos estereotipados, como por exemplo, balançar o tronco para frente e para atrás.

Ainda dentro do espectro autista de acordo com Tamanaha, Perissinoto e Brasília (2008) podemos classificar em: Transtorno de Rett, Transtorno desintegrativo da infância, Transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação.

É importante destacar que todo diagnóstico de autismo de ser realizado por um médico psiquiatra especializado na área, ou mesmo um neuropediatra.

Quanto à conclusão do diagnóstico Martins, Preusseler e Zavschi (2002, p. 41) esclarecem, “Para concluir o diagnóstico de anormalidade em cada uma dessas áreas (interação social, comunicação e comportamentos) devem estar presentes aos três anos”.

Ações pedagógicas para alunos com TEA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, aborda ao longo de seu texto em seu artigo 59, que os sistemas de ensino

assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, artigo 59, 1996)

Além disso, o aluno de inclusão possui o direito ao atendimento educacional especializado-AEE. De acordo com o Decreto 6.253 de 2007, o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família, atender às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, o decreto ainda destaca no art. 3º que os objetivos do atendimento educacional especializado são:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2007).

No entanto, o que observamos no dia-a-dia do professor da sala de ensino regular é que ao receber um aluno com diagnóstico de TEA muitas vezes se sente desesperado ou mesmo se sente perdido diante daquele aluno com tantas características distintas.

Na grande maioria das vezes as escolas não estão preparadas em todos os aspectos para receber esse aluno. Sem apoio pedagógico esse professor da sala de aula regular se frustra com tantas barreiras ao longo do ano letivo, e conseqüentemente esse aluno não se desenvolve globalmente.

O professor ao receber esse aluno deve assumir uma postura de mediador do conhecimento, com o objetivo de contribuir para uma inclusão desse aluno em sua sala de aula com os demais alunos e mesmo com a escola de um modo geral.

Existem muitos modos de fazer a inclusão dessa criança, no entanto, no existe uma receita pronta, com caminhos traçados que possam ser seguidos, pois cada aluno é único, possui

suas particularidades e suas necessidades para serem desenvolvidas. O mais importante é partir do acolhimento desse aluno e na sua mediação da aprendizagem.

Embora não exista receita pronta, existem possibilidades para serem desenvolvidas no seu dia-a-dia. Para um aluno com TEA, é fundamental uma rotina estrutura, essa deve ser montada e trabalhada em cima das suas necessidades, assim esse aluno será capaz de se situar no espaço e no tempo.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é um dos caminhos possíveis que o professor poderá fazer uso em seu dia-a-dia com o aluno com TEA. Através dela é possível utilizar a linguagem gráfica, associada a outros recursos comunicativos, ampliando a comunicação social e a interação.

A comunicação não se estabeleceu apenas através da fala, todos os tipos de comunicação nas relações expressivas foram essenciais, favoráveis e fundamentais para o desenvolvimento da simbologia na interação comunicativa. A capacidade de comunicação por meio do código da linguagem, das representações gráficas ou gestuais é importante na construção e no estabelecimento das interações sociais. Neste contexto, as pessoas com deficiências, ou que apresentavam algum prejuízo linguístico significativo, ficaram historicamente privadas do convívio social (GROSKO, 2016, p.32).

Para o aluno com TEA, é muito importante que ele perceba visualmente sua rotina naquele espaço escolar, as atividades que irá desenvolver ao longo do seu dia e mesmo da sua semana. Cada atividade deve ser apontada por meio de figuras preferencialmente, e discutida antecipadamente com ele. Cada mudança na rotina deve ser apresentada com antecipação, para que não ocorra crises de frustrações nessa criança.

As PCS- Símbolos de Comunicação Pictórica, é uma excelente ferramenta que poderá ser utilizada na rotina da sala de aula, pois sua principal característica está na transparência de se comunicar por meio de figuras que são facilmente interpretadas tanto por crianças como por adultos.

As figuras selecionadas para a comunicação ou menos para a rotina, podem ser coladas em

pranchas com o auxílio de velcros, podendo ser colocados na ordem que desejar e retirar quantas vezes forem necessários, ajudando o aluno na sua comunicação e interação social.

As PCS são uma das muitas possibilidades que o professor poderá utilizar como objetivo de auxiliar no desenvolvimento de seu aluno.

A tecnologia por meio de softwares especializados também é uma outra ferramenta que ajuda na comunicação e aprendizado do aluno com autismo.

Independente da opção que o professor opte por utilizar de acordo com sua realizada em sala de aula, o foco dele deve estar sempre voltado em desenvolver e integrar esse aluno plenamente. Cada aluno com TEA é único, e trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham todos e respeitem as diferenças.

CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado neste trabalho de revisão bibliográfica podemos dizer que educação especial em termos de valorização e inclusão é muito recente. Cronologicamente é muito recente a inclusão de pessoas com necessidades especiais em sala de aula regular e mesmo no dia-a-dia da comunidade.

Muita coisa mudou desde o início da história quando se falamos de pessoas com TEA. De esquizofrênicos há de inúmeras características distintas mesmo diante de um mesmo transtorno. Da dificuldade de comunicação a altas habilidades. O autismo é uma das síndromes como maiores variantes de comportamento, sem padrões modelados.

Em sala de aula é o professor deve desenvolver metodologias de aprendizagem para que o aluno autista consiga se comunicar e se desenvolver. O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu desenvolvimento e potencial, de acordo com a sua idade e de acordo com o seu interesse. O ensino é o principal objetivo a ser alcançado, e sua continuidade é muito importante, para que elas se tornem independentes.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 09/12/2002

CORCINI, C. M. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf. Acesso em: 27/11/2022

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 27/11/2022

GROSKO, D.C. Comunicação Alternativa no Contexto Escolar. Paraná, 2016.

JANUZZI, G. S. M. A luta pela educação do deficiente mental, Campinas, São Paulo: 1992.

MARTINS, Ana Soledade Graraeff; PREUSSELER, Cintia Medeiros; ZAVSCHI, Maria Lucrecia Scherre. A psiquiatria da infância e da adolescência e o autismo. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MAZZOTTA. M. J. S. E. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas, 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2005

MAZZOTTA. M. J. S. Educação Escolar: comum ou especial? São Paulo: Pioneira, 1980

MISÉS, R. A., A criança deficiente mental, uma abordagem dinâmica, Rio de Janeiro,1977.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. In: 3º Simpósio Educação e Comunicação, set. 2012. p. 77-87. Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; BRASILIA, Maria Chiari. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger. Rev. Soc. Bras. Fonoaudiologia., São Paulo, v. 13 n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342008000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 09/12/2022.